

1. Contexto operacional

A Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. - Fundação ECOS ("Fundação Ecos" ou "Fundação") é uma entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 27 de dezembro de 1982 e autorizada a funcionar, em 21 de março de 1983, de acordo com a Portaria nº 3.144 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 1983.

A Fundação ECOS obedece às normas expedidas pelo Ministério da Economia - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e supervisão e fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154/09. A PREVIC é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Previdência Social, sendo responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e pela execução das políticas para o regime de previdência complementar operado por estas entidades. Adicionalmente, a Fundação ECOS atende às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e alterações.

A Fundação ECOS é uma entidade sem fins lucrativos, multipatrocinada, com recursos aplicados, consoante legislação vigente e mantém a escrituração de suas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão. A Fundação ECOS possui dois planos previdenciais: o Plano de Benefício Definido (BD) - instituído em 27 de dezembro de 1982; e o Plano de Contribuição Definida (CD) - instituído em 17 de junho de 2008.

Os recursos dos planos previdenciais são arrecadados mensalmente, aplicados no mercado financeiro, e, somados aos rendimentos auferidos, são revertidos em benefícios aos participantes de cada plano, desde que preenchidas as carências e parâmetros exigidos.

A Fundação ECOS tem como patrocinadoras as seguintes empresas:

- a) Plano de Benefício Definido: Econtrading S.A. - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; Braskem Participações S.A.; Braskem S.A.; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoril Industrial S.A.; CST - Expansão Urbana Ltda.; Agropecuária Senhor do Bonfim Ltda.; K.F. Agência de Viagens e Turismo S.A. e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A.;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- b) Plano de Contribuição Definida: Econtrading S.A. - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoral Industrial S.A.; CST - Expansão Urbana Ltda.; Fazendas Reunidas Santa Maria; Aratu Empreendimentos e Corretagem de Seguros Ltda.; Refrigerantes da Bahia Ltda.; Petroalcool Revendedora de Combustíveis e Lubrificantes Ltda. e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A.

A Fundação ECOS, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o número 000271, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

- a) Plano de Benefício Definido: Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.830.002-56 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é previamente definido. O fechamento do PLANO ECOS foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar através da portaria nº 982 de 19 de março de 2007. O Plano continua a funcionar normalmente, porém não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadoras;
- b) Plano de Contribuição Definida: Plano de Contribuição Definida inscrito sob o nº 20.080.021-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no qual o valor do benefício é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão. O plano foi aprovado em 17 de junho de 2008.

	Quantidade			
	Plano de Benefício Definido		Plano de Contribuição Definida	
	2021	2020	2021	2020
Ativos	14	17	32	29
Autopatrocinaados	64	73	6	8
Assistidos	710	711	4	4
Total	788	801	42	41

O Plano da Gestão Administrativa da Fundação ECOS foi constituído em 2010, com base nas determinações do órgão regulador, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação ECOS por meio da Resolução nº 12 de 21 de dezembro de 2009 e revisado em dezembro de 2010.

Resultado dos Investimentos, consequências da Covid persistiram em 2021

No ano de 2021 ainda sofremos com os efeitos da pandemia do Covid-19 na economia, que resultaram num impacto relevante nos preços dos ativos. As constantes descobertas de novas cepas ainda causaram desconforto e desconfiança no mercado, mantiveram a volatilidade em níveis mais altos e impactaram os mercados financeiros e a economia real como um todo, diante da continuidade de medidas restritivas em diversas regiões.

O mundo ainda acompanhou de perto o crescimento da inflação nas principais potência econômicas do mundo. A desaceleração do comércio global, causada pela escassez de suprimentos, teve como principal causa a pandemia. O desabastecimento, principalmente de semicondutores, impactou diversos setores da economia global, visto que estes componentes são primordiais para a fabricação de veículos, celulares, computadores etc. Outro problema, foi o forte impacto na cadeia logística global, com aumento significativo no valor do frete e alongamento de prazos.

O resultado disso foi um forte impacto inflacionário mundial, que trouxe a necessidade de incrementos significativos nas taxas de juros, principalmente em economias emergentes. No Brasil, a taxa básica de juros, SELIC, saiu de 2,00% a.a. em janeiro para 9,25%a.a. no final do ano. Esse abrupto aumento, realizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), visou conter o consumo e, conseqüentemente, a inflação; protegendo o país neste novo cenário mundial. No final de 2021, o mercado ainda previa aumento da Selic, com projeção de 11,25% para o final de 2022, com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil.

Diante da grande volatilidade dos ativos, a Fundação ECOS, assim como no ano anterior, adotou postura defensiva com objetivo de preservar o patrimônio dos Planos, não deixando de realizar, contudo, movimentos oportunistas de compra e venda de ativos, diante das assimetrias do mercado, como por exemplo compra de ativos de crédito privado na carteira própria, com taxas atrativas, e rebalanceamento nas carteiras de maior risco agregado, renda variável e multimercado.

Resultados dos Investimentos:

Dos resultados dos investimentos da Fundação, podemos destacar três segmentos que sentiram mais acentuadamente os efeitos negativos da pandemia. O segmento de renda variável e o segmento de investimento estruturado.

No plano BD, o segmento de renda variável e o segmento de investimento estruturado apresentaram, respectivamente, perdas acumuladas em 2021, - 11,41% e -6,43%. Neste mesmo período, o IBOVSPA caiu -11,93%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Já no plano CD, o segmento de renda variável apresentou, nesse mesmo período, perdas acumuladas de -11,11%, enquanto o segmento de investimentos estruturados apresentou ganhos acumulados de 2,99%.

Orçamento PGA - Plano de Gestão Administrativa:

O grupo de Despesas com Gestão ficou 2,38% abaixo do valor orçado no acumulado do ano. Em função da pandemia, o realizado dos grupos de rubricas de "Treinamento" e "Viagem" ficaram muito abaixo do orçado. Tivemos economia também no grupo "Despesas Gerais", com a renegociação de alguns contratos. Em dezembro, o Conselho Deliberativo aprovou revisão orçamentária para inclusão do valor não previsto de R\$906 mil para pagamento de honorários advocatícios de êxito no encerramento do processo administrativo junto à Receita Federal, referente à CSSL.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação ECOS foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a Instrução Normativa Previc nº31, de 20 de agosto de 2020, alterada pela Instrução Normativa Previc nº44, de 23 de novembro de 2021, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionam informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG nº 26 (R5).

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- Balanço patrimonial: de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): de forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- Demonstração do Ativo Líquido (DAL): Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): de forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Fundação e as mutações do fundo administrativo ocorridas;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

A escrituração contábil da Fundação ECOS atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Fundação ECOS opera.

Consolidação das demonstrações contábeis

Por definição da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021 e a NBC ITG 2001 - Entidade Fechada de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis denominadas de consolidadas estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela Fundação e abrangem as demonstrações contábeis relativas aos seguintes planos: Plano de Benefício Definido, Plano de Contribuição Definida e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada;

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 102.287 mil e Resgates no valor de R\$ 110 mil.

- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido;

Destinações: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 102.141 mil e Resgates no valor de R\$ 8 mil. A reclassificação realizada não alterou as destinações totais nem o valor do ativo líquido do exercício social de 2020.

- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Contribuição Definida;

Destinações: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 145 mil e Resgates no valor de R\$ 102 mil. A reclassificação realizada não alterou as destinações totais nem o valor do ativo líquido do exercício social de 2020.

- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado.

Até o exercício social de 2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo altera o nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do fundo administrativo consolidado.

Demonstrações Comparativas do Plano de Gestão Administrativa			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
(Em milhares de Reais)			
INSTRUÇÃO SPC N�34 DE 24/05/2009		INSTRUÇÃO NORMATIVA PREVIC N�31 DE 20/08/2020 - ALTERADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA PREVIC N� 44 DE 23/11/2021	
2. Despesas Administrativas	-6.911	2. Despesas Administrativas	-6.911
2.1 Administração Previdencial	-3.651	2.1 Administração dos Planos Previdenciais	-6.911
Pessoal e encargos	-2.539	Pessoal e encargos	-5.081
Treinamentos/congressos e seminários	-19	Treinamentos/congressos e seminários	-53
Viagens e est�dias	-5	Viagens e est�dias	-10
Serviç�os de terceiros	-516	Serviç�os de terceiros	-1012
Despesas gerais	-184	Despesas gerais	-362
Depreciações e amortizações	-5	Depreciações e amortizações	-10
Tributos	-383	Tributos	-383
2.2 Administração dos Investimentos	-3.260		
Pessoal e encargos	-2.542		
Treinamentos/congressos e seminários	-34		
Viagens e est�dias	-5		
Serviç�os de terceiros	-496		
Despesas gerais	-178		
Depreciações e amortizações	-5		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

A escrituração contábil de todas as operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as entidades de previdência complementar, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

3.1. Estimativas atuariais e contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e as revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são: as provisões matemáticas, a vida útil do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para demandas judiciais.

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com base no julgamento da Administração, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências, cujas expectativas de desfecho (ganho ou perda) foram definidas pela Administração da Fundação com o auxílio dos advogados que patrocinam as ações, dentre outras.

As avaliações atuariais da composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram efetuadas pelo consultor atuarial externo Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda.

3.2. Realizável - Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da Fundação ECOS relativos às contribuições das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados, exceto as contribuições de autopatrocinados do Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.

3.3. Realizável - Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa.

3.4. Realizável - Investimentos

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº43, de 6 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à Fundação devem ser registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados segundo as duas categorias a saber:

- Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados e ajustados pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, balanços e demonstrativo de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação;
- Títulos mantidos até o vencimento: os títulos públicos federais pertencentes a planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento. A Fundação pode manter registrados nesta categoria os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos assim classificados antes da entrada em vigor desta Resolução.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

a) Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor, ou poderão ainda, ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

As aplicações em fundos de ações são avaliadas pelo valor da cota na data do balanço.

b) Investimentos Imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação e ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado, no mínimo, anualmente.

Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registradas em conformidade com o regime de competência.

c) Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

d) Outros realizáveis

Registra os valores aplicados em outras modalidades de investimentos, não especificados nos itens anteriores.

3.5. Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa (PDCLDs)

A provisão para perdas prováveis de realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme os critérios consignados no artigo 19 da Instrução Normativa Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, abaixo listados:

- Atraso entre 61 e 120 dias: 25% sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- Atraso entre 121 e 240 dias: 50% sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- Atraso entre 241 e 360 dias: 75% sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- Atraso superior a 360 dias: 100% sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

3.6. Permanente

Inclui os valores de bens registrados no Plano de Gestão Administrativa e destinados à manutenção das atividades operacionais da Fundação ECOS. Está demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas históricas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual (%)
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	20

3.7. Exigível operacional

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações.

3.8. Exigível contingencial

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseados na opinião dos consultores jurídicos da Fundação ECOS.

3.9. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Fundação e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Fundação.

(i) Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Fundação para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

(ii) Benefícios a conceder

- Benefício definido: representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Fundação e o valor atual de contribuições dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada;
- Contribuição definida: está estruturado sob a forma onde as contribuições de cada participante são transformadas em quotas patrimoniais, o valor da provisão matemática correspondente ao valor do patrimônio do fundo, excetuado o valor do fundo para o programa administrativo. A responsabilidade da Fundação ECOS na concessão de benefícios neste plano está limitada ao saldo de quotas de cada participante no fundo.

3.10. Equilíbrio técnico

A partir de 2015, a Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial).

Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado com a seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva da Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

A Fundação apurou a duration do passivo do plano em 7,5466 anos em 2021 (7,70 em 2020). Desta forma, apurou-se o limite de 17,55% das provisões matemáticas à constituição de reserva de contingências em 31 de dezembro de 2021, não tendo excedente para ser alocado à reserva especial para revisão do plano.

3.11. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

(i) Fundo previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

(ii) Fundo administrativo

o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Fundação. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

(iii) Fundo Investimento

São fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos em caso de morte do mutuário. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e atualização, conforme resultado dos investimentos.

3.12. Gestão dos recursos administrativos

Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto 2021, os registros das operações administrativas da Fundação ECOS são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A Fundação ECOS utiliza a gestão consolidada dos recursos administrativos registrados no Plano de Gestão Administrativa. Para as despesas administrativas utiliza-se critério de rateio, baseado na proporção dos patrimônios dos respectivos planos de benefícios, significando que as sobras/insuficiências das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo são individualizados por plano de benefícios administrados pela Fundação. Desta forma, o fundo administrativo é contabilizado e controlado em separado por plano de benefícios, demonstrando as variações e o montante de cada um.

Custeio administrativo

Representa o valor líquido das importâncias transferidas para a gestão administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

3.13. Apuração do resultado

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribuições dos autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa por ocasião do recebimento e as contribuições das patrocinadoras e participantes ativos, são registradas pelo regime de competência, ambos conformes prazos previstos no regulamento do plano de benefícios.

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações contábeis do exercício social anterior.

4. Realizável - gestão previdencial

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2021	2020
Plano de benefício definido		
Patrocinadores	1	-
Autopatrocinados	1	1
Patrocinadores - custeio administrativo antecipado	-	183
Contribuições sobre 13º Salário	4	-
Contribuições normais em atraso autopatrocinados	-	1
Depósitos judiciais / recursais	102	102
	<u>108</u>	<u>287</u>
Plano de contribuição definida		
Patrocinadores	1	3
Participantes	4	4
Contribuições sobre 13º salário	9	3
Patrocinadores - Custeio Adm. Antecipando	45	2
	<u>59</u>	<u>12</u>
Total da gestão previdencial	<u>167</u>	<u>299</u>

5. Realizável - gestão administrativa

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Contribuições para custeio	19	-
Adiantamento de férias	1	26
Outros	26	22
Total da gestão administrativa	<u>46</u>	<u>48</u>

6. Realizável - investimentos

São compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2021	2020
Plano de Benefício Definido		
Títulos Públicos	528.676	581.716
Créditos Privados e Depósitos	147.643	82.390
Ações	31.141	11.916
Fundos de Investimentos	151.298	177.411
Investimentos Imobiliários	51.985	54.200
Empréstimos e Financiamentos	7.231	7.875
Outros Realizáveis	11	3
Total do plano	<u>917.985</u>	<u>915.511</u>
Plano de Contribuição Definida		
Títulos Públicos	1.177	2.388
Créditos Privados e Depósitos	2.787	2.076
Ações	692	686
Fundos de Investimentos	2.681	1.864
Total do plano	<u>7.337</u>	<u>7.014</u>
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos de Investimentos	783	783
Total do plano	<u>783</u>	<u>783</u>
Total de investimentos	<u>926.105</u>	<u>923.308</u>

Administração e custódia dos investimentos

O Itaú Unibanco é a entidade contratualmente responsável pelo serviço de Custódia e Controladoria dos Ativos. Os títulos e valores mobiliários estão depositados em contas individualizadas nos sistemas de registro e de liquidação financeira e de ativos autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, ou seja, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na CETIP S.A e na Bolsa de Valores (CBLC).

a) Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Com relação aos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, e Fundos de Investimentos, em cumprimento à Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, apresentamos abaixo a seguinte classificação:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

▪ Títulos para negociação;

Títulos para negociação	Custo	Em mil	
		2021	2020
Plano de Benefício Definido			
Debêntures	60.320	66.354	44.823
Fundo de Investimento Multimercado / Ações	80.899	97.983	133.722
Fundo de Direitos Creditórios	0	6	18
Fundo de Investimento Renda Fixa	25.451	27.548	14.988
Fundo de Investimento Participação /Empresas Emergentes	19.439	14.110	28.683
Fundo de Investimento Imobiliário	12.735	11.650	
Letras Financeiras	31.750	33.001	
Títulos Públicos Federais - NTN-B	3.244	5.249	
Total do plano	233.838	255.900	222.234
Plano de Contribuição Definida			
Depósito a Prazo	100	282	243
Debêntures	2.345	2.404	1.833
Títulos públicos – NTN-B	728	1.177	
Títulos públicos – LTN			
Títulos públicos – LFT			2.388
Letra Financeira	100	101	
Fundo de Investimento Imobiliário	275	263	
Fundo de Investimento Multimercado / Ações	1.054	1.223	1.628
Fundo de Investimento Renda Fixa	1.166	1.196	237
Total do plano	5.769	6.646	6.328
Plano de Gestão Administrativa			
Fundo de Investimento Multimercado	781	783	783
Total do plano	781	783	783
Total dos Títulos para negociação	240.388	263.329	229.345

Os títulos e valores mobiliários classificados como “Títulos para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado, de acordo com metodologia de precificação adotada pelo custodiante (Itaú Unibanco), considerando a base de dados da ANBIMA e demais indicadores julgados relevantes, em consonância com as regras do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

▪ Títulos mantidos até o vencimento

Títulos mantidos até o vencimento	Custo	Vencimento			Em R\$ Mil	
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	2021	2020
Plano de Benefício Definido						
Debêntures	14.024	0	9.433	7.729	17.162	15.620
Depósito a Prazo		0	0	0	0	0
Certificado de Recebíveis Imobiliário	1.892	0	5.123		5.123	5.318
Letras Financeiras	13.000	14.214	11.789	0	26.003	21.947
Títulos públicos – LFT					0	
Títulos públicos – NTN B	206.631		98.959	363.110	462.069	417.706
Títulos públicos – NTNC	5.329	0		38.269	38.269	141.411
Títulos públicos – NTN F	22.555	0	23.090		23.090	22.599
Total	263.430	14.214	148.393	409.109	571.716	624.601
Total dos Títulos mantidos até o vencimento	263.430	14.214	148.393	409.109	571.716	624.601
Total dos títulos mantidos até o vencimento e títulos para negociação	500.546				831.081	849.483

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão mensurados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A Fundação ECOS declara, fundamentada em estudo de macro alocação de recursos, realizado em outubro de 2021, que possui capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Ao final do exercício de 2021, o saldo referente à provisão com direitos creditórios de liquidação duvidosa em Fundo de Investimento em Participação conta com saldo de R\$11.602 mil.

A Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. é cotista do Fundo FIP Malbec, veículo de investimento na Usina Hidrelétrica Santo Antônio, empreendimento do setor elétrico. Na ocasião do investimento no FIP, a Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A. celebrou com a CEMIG Geração e Transmissão S.A.. (CEMIG GT), como condição prévia para o investimento, Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda de Cotas de emissão do FIP Malbec ("Contrato de Opção"), que garante uma rentabilidade mínima desses investimentos, correspondente ao indexador IPCA + 7% a.a.

Em março de 2020, o administrador e o gestor dos FIP Malbec renunciaram às suas funções e os cotistas não lograram êxito na sua substituição, o que provocou o início do procedimento de liquidação antecipada do FIP. Tal circunstância, por previsão do Contrato de Opção, permitiu o exercício da opção de venda pela Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S.A.

Após o tempestivo exercício da opção de venda, a CEMIG GT invocou o mecanismo da Via Amigável para solução de controvérsias previsto no Contrato de Opção. Esgotado o prazo de 30 dias para negociação amigável, sem que se tenha alcançado uma solução, a Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A e outras 7 Entidades de Previdência Complementar Fechadas cotistas dos FIPs Malbec e/ou Melbourne assinaram protocolo de atuação conjunta, com o apoio da Abrapp, e contrataram o escritório de advocacia Bocater Camargo Costa e Silva Rodrigues Advogados Associados para representá-las em procedimento arbitral, ora em curso, com vistas a cobrar os valores regularmente devidos pela CEMIG GT.

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, neste exercício foi provisionado o valor de R\$11.602.844,55, na forma do previsto no art. 19 da referida Instrução.

Gestão de investimentos

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, revogou, a partir de 1º de janeiro de 2019, as Resoluções CGPC nº18, de 28 de março de 2006, e CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, dispondo sobre as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

Em 4 de fevereiro de 2015, a Instrução PREVIC nº 19, tratou de questões da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico ou para utilização/destinação de superávit técnico.

O ajuste de precificação positivo, apresentado na Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefício Definido (DAL), no montante de R\$ 62.708 mil (R\$ 69.321mil, em 2020), corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,00% ao ano), e o valor contábil.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste de precificação são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios concedidos e a conceder com o valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar a sua concessão e manutenção.

A Portaria PREVIC nº 86, de 1º de fevereiro de 2019, determinou que para apuração da duration do passivo e do ajuste de precificação, referidos na Resolução CPC nº30, de 10 de outubro de 2018 as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem utilizar o Sistema Venturo, divulgado na página da PREVIC.

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

b) Ações e fundos de investimentos em ações

As ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Em R\$ Mil	
	2021	2020
Plano de Benefício Definido		
Ações no mercado à vista	31.140	11.916
Fundo de Investimentos - Cotas de fundos de ações	52.984	58.021
Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa (a)	-6.985	-6.985
Total do plano	77.139	62.952
Plano de Contribuição Definida		
Ações no mercado à vista	692	686
Fundo de Investimentos - Cotas de fundo de ações	448	686
Total do plano	1.141	1.371
Total	78.280	64.323

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação provisionou integralmente o montante equivalente aos recursos aplicados em ações de empresas relacionadas com o Banco Econômico S.A., o qual se encontra em liquidação extrajudicial, como segue:

Descrição	2021	2020
Banco Econômico S/A	4.715	4.715
IEP - Itapiracem Empreendimentos e Participações S/A	2.262	2.262
Outros	8	8
Total	6.985	6.985

c) Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos de aquisições, ajustados ao valor de mercado, por reavaliação periódica, no mínimo, anualmente.

Ao final do exercício de 2021, o saldo referente à provisão com direitos creditórios de liquidação duvidosa de investimentos imobiliários conta com saldo de R\$1.862 mil, conforme quadro a seguir:

CARTEIRA	SALDO ANTERIOR (31/12/2020)	APROPRIAÇÃO / REVERSÃO (2021)	SALDO ATUAL (31/12/2021)
Edificações - Locadas a Terceiros	1.813	-154	1.659
Participações - Shopping Center	248	-45	203
Total	2.061	-199	1.862

No exercício de 2021, não houve alienação de investimentos imobiliários. Entretanto, no mês de dezembro, houve reavaliação de todos os imóveis da carteira, estudo realizado pela Avaliatec Engenharia de Avaliação e Consultoria Ltda. O quadro a seguir demonstra o resultado dessa reavaliação:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Carteira	Saldo Contábil Novembro/2021 (A)	Valor de Reavaliação Dezembro/2021 (B)	Variação	
			Valor (C=B-A)	% (D=B/A)
Edificações Locadas a Terceiros	38.757	42.750	3.993	10,3
Participações Complexo Hoteleiro	167	210	43	25,8
Participações Shopping Center	7.540	8.390	850	11,3
Total	46.465	51.350	4.885	10,5

7. Permanente (Plano de Gestão Administrativa)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Plano de gestão administrativa		
Móveis e Utensílios	21	21
Máquinas e Equipamentos	62	62
Computadores e Periféricos	21	21
Software	-	-
Total	104	104

8. Exigível operacional

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Plano de Benefício Definido		
Gestão Previdencial		
Reserva de poupança	147	138
Retenções a recolher	1.104	1.019
Outras exigibilidades	1	-
	1.152	1.157
Investimentos		
Títulos Públicos	3	16
Fundos de Investimentos	2	2
Investimentos Imobiliários	20	25
Empréstimos e Financiamentos	19	-
Relacionados com o Disponível	7	1
Outras exigibilidades	12	1
	63	45
Total do Plano de Benefício Definido	1.314	1.202
Plano de Contribuição Definida		
Gestão Previdencial		
Repasse de Contribuições	1	1
Retenções a recolher	1	3
Outras exigibilidades	-	4
	2	8
Investimentos		
Créditos Privados e Depósitos	5	1
Total do plano de contribuição definida	7	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Plano de Gestão Administrativa		
Gestão Administrativa		
Contas a pagar	455	429
Retenções a recolher	212	128
Receitas Antecipadas	45	185
Tributos a recolher	66	22
Outras exigibilidades	27	18
	<u>805</u>	<u>782</u>
Total do Plano de Gestão Administrativa	<u>805</u>	<u>782</u>
Total	<u>2.127</u>	<u>1.993</u>

9. Exigível contingencial

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Plano de Benefício Definido		
Gestão Previdencial		
Provisão	194	5.034
Total do plano	<u>194</u>	<u>5.034</u>
Total consolidado	<u>194</u>	<u>5.034</u>

A Fundação ECOS constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas cuja previsão de desfecho seja avaliada como “provável” perda para a Fundação. Para as demandas classificadas como “possível” ou “remota” perda é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

Os objetos com probabilidade de perda classificadas como possíveis representam o montante de R\$ 1.187 (R\$ 23.239, em 2020). São compostos principalmente por processos relacionados expurgos inflacionários e questionamentos de benefícios pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

10. Patrimônio social

O Patrimônio Social apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Plano de benefício definido		
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benef. Def. Estrut. em Reg.Cap.	751.141	703.846
Benefícios a conceder		
Valor Atual dos benefícios futuros	36.219	42.840
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	(1.894)	(2.300)
	<u>34.325</u>	<u>40.540</u>
Total de provisões matemáticas	<u>785.466</u>	<u>744.386</u>
Superávit técnico acumulado		
Reserva de contingência	116.894	131.756
Reserva para revisão do plano	-	19.164
	<u>116.894</u>	<u>150.920</u>
Fundos previdenciais	9.442	9.853
Fundos de investimentos	4.876	4.446
	<u>14.318</u>	<u>14.299</u>
Total do plano de benefício definido	<u>916.679</u>	<u>909.606</u>
Plano de Contribuição Definida		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos		
Saldo de conta assistidos	1.201	1.282
Benefícios a conceder		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	1.753	1.552
Saldo de contas - Parcela Participantes	4.426	4.109
Total provisões matemáticas	<u>7.379</u>	<u>6.943</u>
Fundos		
Fundos Previdenciais	43	86
	<u>43</u>	<u>86</u>
Total do plano de contribuição definida	<u>7.422</u>	<u>7.029</u>
Plano de gestão administrativa		
Fundos		
Fundos Administrativos	169	200
Total do plano de gestão administrativa	<u>169</u>	<u>200</u>
Total do patrimônio social	<u><u>924.269</u></u>	<u><u>916.836</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

São utilizados os seguintes critérios para cálculo das provisões matemáticas de cada plano de benefícios:

a) Plano de Benefício Definido

Para o Plano de Benefício Definido as provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária. Em conformidade com a legislação em vigor é utilizado o Regime Financeiro de Capitalização e Método Actuarial Agregado dentre outras hipóteses e parâmetros previamente estabelecidos tais como: crescimento salarial, juros, inflação, taxa de mortalidade.

A seguir, descrevemos as hipóteses/parâmetros utilizadas na avaliação de 2021 e 2020:

	2021	2020
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic suavizada em 10%	AT-2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	IAPB-57 Fraca agravada em 20%
Fator de capacidade dos benefícios	98,41%	98,41%
Tábua de mortalidade de inválidos	UP 94 masculina	AT-49 masculina agravada em 25%
Taxa de juros anual	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Nível de inflação anual	3,66%	3,28%
Crescimento salarial	0,00% ativos	0,22% ativos

O quadro acima apresenta as alterações de premissas adotadas. A Administração da Fundação entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com o Relatório do atuário Rodarte Nogueira RN/086/2022/ECOS, de 14 de fevereiro de 2022, tendo com data base dezembro de 2021.

b) Plano de contribuição definida

Para o Plano de Contribuição Definida são consideradas as particularidades de cada Participante, assim como a legislação específica e regulamento do plano.

c) Fundo administrativo

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras entre o Custeio Administrativo adicionado ao rendimento dos recursos administrativos e as despesas administrativas.

11. Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas referem-se aos valores de contribuições repassados pela Patrocinadora.

Não existem ativos financeiros e investimentos vinculados a patrocinadora.

12. Cobertura de seguro

É política da Fundação ECOS manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

13. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Fundação ECOS encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

14. Eventos subsequentes

A Fundação ECOS avaliou e não identificou eventos à data de encerramento do exercício que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira ou econômica dos planos de benefícios.

Roberto de Sá Dâmaso
Diretor Presidente e de Seguridade
CPF - 094.029.695-00

Tiago Novaes Villas Bôas
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF - 616.089.985-68

Sérgio Luis Januário de Jesus
CRC - BA -017745/0-4
CPF - 374.435.265-04